



Informativo Estratégico

***Perspectivas de conflitos no Atlântico Sul:
reflexos para a Defesa Nacional.***

ANO 4. NÚMERO 7. FEV 2018





Informativo Estratégico

Perspectivas de conflitos no Atlântico Sul: reflexos para a Defesa Nacional.

ANO 4. NÚMERO 7. FEVEREIRO 2018



Informativo Estratégico

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DO EXÉRCITO

O Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx) é subordinado ao Estado-Maior do Exército e foi criado pela Portaria nº 051-EME, de 14 Jul 03, para estudar e propor políticas e estratégias organizacionais.

EQUIPE

CHEFE

Cel Art Valério Luiz Lange

ANALISTAS

Cel Inf Gerson Vargas Ávila

Cel Art Francisco Carlos Sartorio Estoducto

Cel R1 Bento Paulos Cabral

Cel R1 Dougmar Nascimento das Mercês

Cel R1 Moraes José Carvalho Lopes Júnior

COORDENADOR DE PESQUISA

Ten Cel QCO Oscar Medeiros Filho

Prof. MSc Raphael Camargo Lima

ADJUNTO DE INFORMÁTICA

1º Ten OTT Everton Alex Rodrigues

AUXILIARES

ST Com Vanderson Martins Barbosa

Cb Valdeci Pereira Barbosa

Cb Valdeci de Sousa Lima Junior

INFORMATIVO ESTATÉGICO

Informativo Estratégico é uma publicação elaborada pelo Centro de Estudos Estratégicos do Exército. Aborda temas que impactam a preparação da Força Terrestre e a Defesa Nacional.

CONSELHO EDITORIAL

Cel Art Valério Luiz Lange

Cel Inf Gerson Vargas Ávila

Cel Art Francisco Carlos Sartorio Estoducto

Cel R1 Bento Paulos Cabral

Cel R1 Dougmar Nascimento das Mercês

Cel R1 Moraes José Carvalho Lopes Júnior

Ten Cel QCO Oscar Medeiros Filho

Prof. MSc Raphael Camargo Lima

REVISÃO TÉCNICA

Ten Cel QCO Oscar Medeiros Filho

Prof. MSc Raphael Camargo Lima

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Ten Cel QCO Oscar Medeiros Filho

1º Ten OTT Everton Alex Rodrigues

ST Com Vanderson Martins Barbosa

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Quartel General do Exército – Bloco A – 1º andar

70630-091 – Setor militar Urbano – Brasília/DF

Telefone: (61) 3415-4597

ceeex@eme.eb.mil.br

Disponível em PDF na página eletrônica:

www.ceeex.eb.mil.br

Informativo Estratégico. Ano 4. Nº 7. Fevereiro 2017.
Brasília. Exército Brasileiro. Estado Maior do Exército. Centro
de Estudos Estratégicos do Exército. 15 p.
ISSN:2525-7102

Samuel Vieira de Souza: Perspectivas de conflitos no
Atlântico Sul: reflexos ara a Defesa Nacional.

Perspectivas de conflitos no Atlântico Sul: reflexos para a Defesa Nacional.



Cel Samuel Vieira de Souza
Cel Anatólio dos Santos Junior
Cel Luís Fernando Gonçalves
Cel Fernando Costa Adam
Cel Rogério Marques Nunes
Cel Av Mauro Bellintani
CMG Jorge Luiz Cordeiro das Neves

1. INTRODUÇÃO	1
2. A DEFESA DOS RECURSOS NATURAIS E DA SOBERANIA	2
3. POSSIBILIDADES DE CONFLITO NO ATLÂNTICO SUL	3
4. POLÍTICA DE COOPERAÇÃO E ALIANÇAS ESTRATÉGICAS	4
5. O EMPREGO DO PODER MILITAR	5
6. EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE	6
7. CONCLUSÃO	9

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Centro de Estudos Estratégicos do Exército. É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.

Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Informativo Estratégico

Cel Samuel Vieira de Souza
Cel Anatólio dos Santos Junior
Cel Luís Fernando Gonçalves
Cel Fernando Costa Adam
Cel Rogério Marques Nunes
Cel Av Mauro Bellintani
CMG Jorge Luiz Cordeiro das Neves¹

PERSPECTIVAS DE CONFLITOS NO ATLÂNTICO SUL: REFLEXOS PARA A DEFESA NACIONAL

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por finalidade analisar as possibilidades de conflito no Atlântico Sul, elaborando propostas de ação para o País fazer frente a ameaças nessa área estratégica.

Desde as origens do Brasil, o Exército Brasileiro voltou suas atenções prioritariamente para a fronteira terrestre e a Amazônia. Na conjuntura atual, o Brasil tem buscado mudar seu foco do eixo Estados Unidos da América (EUA) - Europa para o seu entorno estratégico, que compreende não apenas os países da América Latina, mas também os países da costa atlântica da África.

A grande importância estratégica da região e seu potencial econômico, particularmente em relação a fontes energéticas e minerais, são fatores que determinam que o Brasil desempenhe um papel de ator proeminente, assegurando a estabilidade e segurança da região, particularmente ante a presença de potências centrais e emergentes. Antecedentes históricos de conflito no subcontinente põe à prova a vocação

¹ Com base no relatório final do Projeto Interdisciplinar realizado pelos alunos do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx), realizado na Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME), em 2015.

pacifista da região, o que torna imprescindível a existência de Forças Armadas capazes de exercer o papel de dissuasão frente às possíveis ameaças.

O Atlântico Sul pode ser definido como o espaço marítimo compreendido entre três frentes continentais, América, África e Antártica; e três corredores, o do norte – constituído pela zona de estrangulamento Natal-Dakar – e dois no sul – respectivamente entre a Antártica e as frentes continentais americana/africana, comandada pelo Estreito de Drake e Passagem do Cabo (CASTRO, 1998). Para o presente estudo, consideraremos que a área de interesse se estende entre os paralelos 16º N e 60º S (Antártica).

Neste trabalho consideraremos o horizonte temporal de longo prazo até o ano de 2030 e abordaremos a seguinte questão: o Exército Brasileiro terá poder dissuasório para se contrapor a possíveis ameaças no Atlântico Sul? Para isso, concluiremos sobre as ameaças reais e potenciais ao Brasil e seus vizinhos originários da região do Atlântico Sul, particularmente envolvendo potências extra regionais; as motivações com potencial para gerar conflito na área; e como as Forças Armadas, em especial o Exército Brasileiro, devem se preparar para atuar num possível cenário de conflito militar no Atlântico Sul.

2. A DEFESA DOS RECURSOS NATURAIS E DA SOBERANIA

O Brasil, possuidor de uma dimensão geográfica continental, encontra-se localizado no leste do Hemisfério Sul, privilegiado por sua extensa costa litorânea banhada pelo Atlântico, oceano este, reconhecido pela Política Nacional de Defesa (PND) e pela Estratégia Nacional de Defesa (END) como espaço prioritário para os interesses brasileiros de segurança e defesa.

No tocante às áreas marítimas, especificamente de interesse para o País, destaca-se a importância das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), constituídas pelo Mar Patrimonial de 370 km e pela Plataforma Continental de até 648 km de largura, o que representa um total de aproximadamente 4,5 milhões de Km², aumentando em mais de 50% a área do território nacional.

Analisando as AJB do ponto de vista econômico, pode-se destacar que, aproximadamente 95% do comércio exterior é realizado por via marítima, mais de 92% do petróleo e 72% do gás natural são extraídos do mar, isso sem contabilizar as reservas do Pré-Sal. Também são obtidos mais de 45% do pescado, além de

abrigar uma enorme biodiversidade ainda não totalmente explorada, base para importantes pesquisas científicas. Cabe ressaltar as preocupações externadas pelo governo brasileiro sobre a exploração dos chamados nódulos polimetálicos no Atlântico Sul, atualmente em estudo no âmbito da Autoridade Internacional de Fundos Marinhos das Nações Unidas.

Além das AJB, a fronteira marítima entre Brasil-África e as vias de acesso ao Atlântico Sul também são consideradas áreas estratégicas de importância fundamental para o País. No tocante à soberania, algumas preocupações são suscitadas, como o fato do Brasil estar preparado para investir em políticas de efetivo aproveitamento dos recursos marítimos, em pesquisas e, fundamentalmente, em fiscalização e proteção de nossas águas.

Assim sendo, é essencial que o País disponha de diversos meios para exercer a vigilância e a defesa das águas sob jurisdição nacional, bem como a manutenção da segurança dessas vias marítimas de comunicação e promover os interesses nacionais no exterior.

3. POSSIBILIDADES DE CONFLITO NO ATLÂNTICO SUL

A importância do mar remonta a antiguidade, quando deixou de ser encarado como divisor de terras para se tornar uma via de ligação entre os continentes. Nesse contexto, o Oceano Atlântico foi bastante utilizado pelos europeus, a partir do final do século XV, para a conquista de territórios na América, África e Ásia, e em seguida tornou-se uma das principais rotas de comércio mundial.

Verificou-se que o Oceano, além oferecer rotas marítimas para o comércio internacional, apresentava outros atrativos, como a pesca e a exploração de recursos minerais. Dessa forma, passou a ser cobiçado, principalmente pelas grandes metrópoles, que instalaram suas colônias debruçadas sob o mar para facilitar o comércio e a exploração daquelas terras.

Atualmente existem áreas focais que são consideradas estratégicas, devido ao seu posicionamento geográfico (saliente africano, Cabo da Boa Esperança, saliente nordestino brasileiro) e pela descoberta de petróleo na plataforma continental (Bacias de Santos, Cabo Frio e Vitória) e outras que podem reacender antigas questões históricas pendentes.

O Golfo da Guiné, região de grande produção de petróleo e importante via marítima internacional, vem sofrendo a ação de piratas africanos, fato este que tem preocupado diversos países que utilizam aquela rota comercial. Essa situação pode gerar uma intervenção internacional na área, em particular de grandes potências, caso julguem que apresenta riscos aos seus interesses econômicos.

Desta forma, é preciso ser realista e considerar que todos esses aspectos podem alterar o quadro de relativa calma no Atlântico Sul para uma situação de crise caso as grandes potências julguem que os países litorâneos desse Oceano não têm condições de resolver as questões de segurança e venham a prejudicar seus interesses econômicos e estratégicos na região.

4. POLÍTICA DE COOPERAÇÃO E ALIANÇAS ESTRATÉGICAS

A formação de alianças depende diretamente da identificação dos principais atores que são visualizados com interesses na região do Atlântico Sul: os Estados Unidos da América (EUA), o Reino Unido, a França, a China, a Rússia e os países da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), dentre outros com menor grau de interferência. Todos possuem relacionamento diplomático com o Brasil.

São vários os exercícios e manobras combinados realizados na área do Atlântico Sul e que contam com a participação brasileira. Destacam-se a operação UNITAS (espectro de operações marítimas específicas), a operação PANAMAX (adestramento de Comandantes e militares de estado-maior nos níveis estratégico e operacional) e o exercício CRUZEX (missões aéreas realizadas no ambiente de guerra moderna).

Com o objetivo de intensificar as ações estratégicas do País para a área do Atlântico Sul, foram levantadas as seguintes medidas que poderão ser implementadas:

- Buscar em consonância entre a Política Externa Brasileira (PEB) e a PND a visualização de pontos de interesse comuns do Brasil e os países de fora da região, a fim de explorar as oportunidades advindas disso;
- Tomar parte dos principais fóruns internacionais sempre com a participação de especialistas militares de alto nível em estreita atuação com o MRE;

- Valorizar a atuação da diplomacia em estrita coordenação com a PND, propondo a formação de grupos de trabalho de forma integrada entre o MD e o MRE;
- Continuar o planejamento de acordos de cooperação militar de forma efetiva de modo a estar presente em todos os países do entorno estratégico buscando atender a demanda de liderança da região; e
- Iniciar um estudo de viabilidade a fim de verificar que capacidades deverão ser desenvolvidas e que Unidades e Grandes Unidades serão necessárias para atuar no TO Atlântico Sul, e a consequente relocação territorial dessas organizações militares nas regiões Norte e Nordeste.

5. O EMPREGO DO PODER MILITAR

Ao abordar um TO no Atlântico Sul, a interoperabilidade é o conceito básico. A END tratou do tema, mas há um longo caminho até a sua aplicação plena. Analisando didaticamente cada Força, constata-se que a Marinha do Brasil (MB) e a Força Aérea Brasileira (FAB) também vivenciam processos de transformação alicerçados em projetos estratégicos que buscam incrementar suas capacidades de combate.

Na MB destacam-se os projetos do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) e o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), com quatro novos submarinos convencionais (2018) e um com propulsão nuclear (2025), alinhado com a opção doutrinária de priorizar a tarefa de negação do uso do mar.

Na FAB destacam-se os projetos da aeronave KC-390 (2017) e da aeronave de Caça Gripen (2019). A END afirma que assegurar a superioridade aérea é condição necessária para viabilizar “as operações navais e das operações das forças terrestres no interior do País”. No tocante às capacidades já disponíveis, cita-se a aeronave P3AM, vocacionada para um TO marítimo.

Vislumbra-se como pouco provável que um oponente se aventure em um TO no Atlântico Sul sem o suporte de um robusto poder aeroespacial. Atualmente, há apenas 22 navios aeródromos em operação, em marinhas de dez países: Brasil, China, Espanha, EUA, França, Índia, Itália, Reino Unido, Rússia e Tailândia.

Embora o litoral brasileiro possua diferentes características ao longo de toda a sua enorme extensão, foram consideradas três variáveis geográficas, não necessariamente excludentes: TO essencialmente marítimo, como uma interrupção das Linhas de Comunicações Marítimas (LCM); TO no qual uma ou mais ilhas oceânicas tenham papel decisivo nos destinos do conflito; e TO abrangendo porção do litoral, com alguma projeção de poder sobre a terra.

Há boas iniciativas de ações conjuntas, como a aquisição do helicóptero EC-725 e o desenvolvimento de sistemática de planejamento de missões e de comando e controle, exercitados em operações conjuntas, como a Operação Atlântico. Contudo, percebe-se a necessidade de desenvolvimento de vários aspectos: sintonia entre a Aviação Naval e Força Aérea Componente (FAC); coordenação entre fuzileiros navais e Força Terrestre Componente (FTC); doutrina específica para a Zona de Defesa (ZD); meios antiaéreos de médio e longo alcance; doutrina conjunta de Logística; e consolidação da base industrial de defesa.

6. EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE

Com a finalidade de tornar-se capaz de proporcionar ao Brasil o respaldo necessário para enfrentar os novos desafios no cenário internacional, o Exército Brasileiro vem implementando um processo de transformação que tem por finalidade proporcionar condições para organizar-se, equipar-se e adestrar-se para obter resultados decisivos nas operações militares, pela capacidade de pronta resposta e pelo adequado e eficiente emprego do poder de combate.

Nesse sentido, de acordo com o documento Bases para a Transformação da Doutrina Militar Terrestre, o Exército Brasileiro passou a adotar a geração de forças por meio do Planejamento Baseado em Capacidades (PBC), alinhando-se com o preconizado na Estratégia Nacional de Defesa e na Doutrina da maioria das Forças Armadas dos países ocidentais.

A fim de implementar o seu Processo de Transformação o Exército Brasileiro vem conduzindo os seguintes Projetos Estratégicos² indutores da transformação:

² www.epex.eb.mil.br

- 1) Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON);
- 2) Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER);
- 3) Defesa Cibernética;
- 4) Nova Família de Blindados sobre Rodas (Guarani);
- 5) Defesa Antiaérea;
- 6) ASTROS 2020; e
- 7) Obtenção da Capacidade Operacional Plena (OCOP).

Considerando-se os aspectos estudados, entende-se que para um país da estatura político-estratégica do Brasil, voluntariamente não possuidor de dissuasão nuclear, as ações do seu planejamento estratégico de defesa, devam estar permanentemente orientadas para a implementação de efetivas capacidades militares terrestres que contribuam eficazmente para a dissuasão extra regional almejada.

Como premissa do corrente trabalho, considerou-se que sob a conjuntura atual, visando o horizonte temporal de 2030, a formulação de qualquer cenário de conflito externo que configure ameaça à soberania e à integridade do território brasileiro, a partir do Atlântico Sul, somente apresentará condições mínimas de viabilidade - ou de adequabilidade, praticabilidade e aceitabilidade (APA)³ - se tal cenário considerar a ameaça como proveniente de potência extra regional, invariavelmente com poder militar superior.

PAIVA (2013), baseando-se na experiência chinesa, apresenta uma detalhada e original proposta para a adoção de um sistema brasileiro conjunto de defesa antiacesso e de negação de área, denominado pelo autor de "Sistema Conjunto Antiacesso e Negação de Área" (SCDANA).

Assim, dentre as capacidades terrestres do referido sistema, o autor destacou os seguintes subsistemas de maior efeito dissuasório: o de Segurança Cibernética, de Defesa Antiaérea e o de Mísseis de Longo Alcance.

³ Conforme conceito constante da Doutrina de Operações Conjuntas.

Para efeito do presente trabalho, a partir das informações coletadas, notadamente dos artigos e produtos doutrinários publicados e, especialmente da proposta formulada por PAIVA (2013), a respeito das capacidades antiacesso e negação de área⁴, considera-se que:

- os atuais sistemas de defesa antiacesso e de negação de área são reconhecidos como efetivamente dissuasores por parte da principal potência militar do mundo, os EUA;

- diferentes países, possuidores de diversificado grau de recursos econômicos, financeiros e tecnológicos vêm avançando continuamente, nos últimos anos, na adoção dos referidos sistemas, particularmente por intermédio da missilização dos respectivos meios de apoio de fogo, com destaque para a adoção de vetores balísticos e de cruzeiro de longo alcance;

- os sistemas de defesa antiaérea, de guerra eletrônica e de defesa/guerra cibernética possuem grande importância nos sistemas antiacesso e de negação de área observados, assim como as forças mecanizadas, blindadas e de operações especiais.

Assim, levando-se em conta as capacidades acima citadas, verifica-se que estão previstas no Processo de Transformação do Exército, com estratégias e ações estratégicas que buscam o desenvolvimento dessas capacidades críticas, ainda que direcionadas segundo concepções de emprego diversas das capacidades antiacesso e negação de área apresentadas.

Assim sendo, por meio do desenvolvimento de capacidades militares terrestres e de capacidades operativas, com foco em um planejamento baseado em capacidades pretende-se oferecer contribuição útil à Força Terrestre para a implementação das capacidades dissuasórias mínimas ao nível das ameaças presentes nos cenários de conflitos relativos ao Atlântico Sul desenvolvidos neste artigo.

Dessa forma, buscou-se uma identificação conceitual das ameaças a serem confrontadas ou, preferencialmente, dissuadidas, particularmente em termos de capacidades, ao invés da construção de cenários com atores/ameaças claramente identificados.

⁴ A2 / AD antiaccess area denial (termo em inglês).

7. CONCLUSÃO

Historicamente, a importância do Atlântico Sul está ligada ao desenvolvimento da navegação em mar aberto a partir do final do século XV. O domínio marítimo britânico nos séculos XVII, XVIII e XIX proporcionou a criação de uma diagonal insular no Atlântico Sul, que permanece sob domínio inglês até os dias atuais. A Inglaterra não é a única nação europeia que mantém sua presença no Atlântico Sul. A França manteve seu interesse no continente sul-americano por meio da Guiana Francesa, território ultramarino, praticamente na entrada do Atlântico Sul.

Da análise das tensões e conflitos recentes ocorridos na América do Sul entre nações com projeção para o Atlântico: o episódio conhecido como “Guerra da Lagosta”, na década de 60; a questão de Itaipu e influência sobre a Bacia do Prata, na década de 70; a questão do Canal de Beagle e Cabo Horn, nas décadas de 70 e 80, e a Guerra das Malvinas, em 1982, observa-se a incidência de quatro grandes atores. As duas potências europeias com territórios no hemisfério sul, França e Inglaterra, e os dois maiores países da América do Sul com projeção para o Oceano Atlântico, Brasil e Argentina.

Na continuação desta análise, foram levantadas como possíveis causas de tensões e conflitos futuros na área geoestratégica do Atlântico Sul o interesse internacional na descoberta de novas reservas petrolíferas, bem como de recursos minerais e pesqueiros na plataforma continental brasileira e na costa africana.

Também no litoral africano, a questão da pirataria no Golfo da Guiné pode ser escalada para uma tensão internacional.

Por último, a presença de atores extra regionais como Rússia, China e Índia, pode vir a questionar a hegemonia americana nos oceanos. O aumento da presença e influência desses países no continente africano, nas áreas econômica e militar, bem com o lançamento dessas potências emergentes ao mar, pode suscitar nos EUA a necessidade de uma demonstração de sua força naval.

Com isso, foram levantadas como as principais áreas focais no Atlântico Sul: o Cone Sul Africano onde se encontra o Cabo da Boa Esperança; o saliente africano e o Golfo da Guiné; a região do Estuário do Rio da Prata e sua projeção sobre o arquipélago das Malvinas; e a Foz do Rio Amazonas com sua projeção para o

arquipélago de Fernando de Noronha. Dessas áreas, as duas últimas foram levantadas como as mais possíveis de serem atingidas por um conflito, tendo em vista o histórico contencioso e os atores envolvidos.

Conclui-se então que em um eventual conflito no Atlântico Sul, a FTer poderá ser empregada como: Comando de Zona de Defesa, comando conjunto ativado a partir de um ou mais Comandos Militares de Área situados no litoral; FTC para emprego em Operações Contra Desembarque Anfíbio, defesa de áreas litorâneas estratégicas e defesa de ilhas oceânicas; e no emprego de capacidades assimétricas Antiacesso/Negação de Área (A2/NA).

Da análise de se o Processo de Transformação do Exército estará coerente com o poder dissuasório necessário para um eventual conflito no Atlântico Sul, chega-se à conclusão que para o emprego da FTer em ações na ZD, o Projeto PROTEGER, que abrange a defesa de infraestruturas estratégicas críticas, juntamente com os Projetos DEFESA CIBERNÉTICA e DEFESA ANTIAÉREA são de capital importância. Para o emprego como FTC nas ações no litoral e defesa de ilhas oceânicas, o Projeto GUARANI, com a nova família de blindados sobre rodas que serão utilizados pelas unidades de Cavalaria e Infantaria, juntamente com o Projeto DEFESA ANTIAÉREA, possuem destaque. Para o emprego de capacidades assimétricas Antiacesso/Negação de Área (A2/NA), o Projeto ASTROS 2020, juntamente com os Projetos DEFESA CIBERNÉTICA e DEFESA ANTIAÉREA, contribuem sobremaneira para ao aumento do poder de dissuasão brasileiro contra um eventual oponente com poder militar superior. Em segundo plano para esta ação estão os Projetos GUARANI e OCOP, este último, devido à sua finalidade de aumentar a capacidade operacional da FTer com a dotação de produtos de defesa modernos e suficientes, permeia o emprego em todas as possibilidades.

Destaca-se a afirmativa de que, em um conflito armado no Atlântico Sul, o emprego das Forças Armadas ocorreria sob o escopo da doutrina de operações conjuntas, com foco na interoperabilidade e respeitadas as especificidades de cada Força. Nesse contexto, a FTer estará inserida com seus projetos estratégicos indutores da transformação em consonância com seu emprego nessas possibilidades de conflitos.

Finalmente conclui-se que é de suma importância que o Exército Brasileiro não apenas se organize para atuar em todo o espectro dos conflitos, como também em todos os cenários previsíveis mais perigosos,

devido à impossibilidade de se saber, de antemão, em que grau de gravidade os nossos interesses essenciais poderão ser ameaçados futuramente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. C.; BERNARDINO, L. M. B. A Comissão do Golfo da Guiné e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul: Organizações interzonais para a persecução da segurança marítima na Bacia Meridional Atlântica. *Revista Militar*, Lisboa, nº 2532, jan. 2013.

ALVARES, G. L. de. *Las relaciones Argentina-Sudafrica desde el proceso hasta Menen*. Rosário: Ediciones Cerir, 1995.

BAKKER, M. P. R. O problema da delimitação das águas territoriais e a solução para o Brasil. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, n 1-3, 1969.

BÁRBARA, Marcelo de Jesus Santa. *Projeção de poder com soft power: a convergência entre a atuação do Exército Brasileiro e a Política Externa do Brasil para a África (2003-2014)*. 2015. 254 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança) – Universidade Federal Fluminense, NiteróiRJ, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil; Promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional Nº 85, de 26-2-2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 5 mai. 2015.

_____. Decreto Legislativo nº 373. Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2013/decretolegislativo-373-25-setembro-2013-777085-publicacaooriginal-141221-pl.html>>. Acesso em: 24 mai.2015.

_____. Exército. *Catálogo de Capacidades do Exército*. Brasília, DF, 2014.

_____. _____. *Doutrina Militar Terrestre*. 1ª Ed. Brasília, DF, 2014.

_____. _____. Instruções Gerais para o Sistema de Doutrina Militar Terrestre. 3ª Edição. Brasília, DF, 2012.

_____. _____. Operações. 4ª Ed. Brasília, DF, 2014.

_____. _____. Operações Contra Desembarque Anfíbio. Brasília, DF, 1998.

_____. _____. O Processo de Transformação do Exército. Brasília, DF, 2012.

_____. Lei Complementar nº 97. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm>. Acesso em: 5 mai. 2015.

_____. Lei Complementar nº 117. Altera a Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias.

Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp117.htm>. Acesso em: 5 mai. 2015.

_____. Lei Complementar nº 136. Altera a Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999, que “dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp136.htm>. Acesso em: 5 mai. 2015.

_____. Marinha. Base de Hidrografia da Marinha em Niterói. O Brasil e o Mar no Século XXI: Relatório aos tomadores de decisão do País. Revista. 2.ed., rev., 2012, Rio de Janeiro.

_____. _____. Marinha em Revista - Edição Especial. Os Projetos Estratégicos da Marinha do Brasil. Ano 04, Número 10, Junho 2014, Rio de Janeiro.

_____. Ministério da Defesa. Doutrina de Operações Conjuntas. Brasília, DF, 2012.

_____. _____. Política Militar de Defesa. Brasília, DF, 2005.

_____. _____. Estratégia Militar de Defesa. Brasília, DF, 2005.

_____. _____. Serviço de Documentação Geral da Marinha. Além da Amazônia Azul: Projeção Estratégica do Brasil no Atlântico Sul. Revista Marítima Brasileira, Trimestral, V. 132 n. 01/03 - jan./mar. 2012, Rio de Janeiro.

CASTAGNIN, D. Poder global y geopolítica. Buenos Aires: Pleamar, 1984.

CASTRO, T.; Delegado de Carvalho, C. M. A Questão da Antártida. Revista do Clube Militar, Rio de Janeiro, n. 142, 1956.

CASTRO, Terezinha de. Atlântico Sul: Geopolítica e geoestratégia. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

COUTAU-BÉGARE, H. Geoestratégie de L'Atlantique Sud. Paris: PUF, 1985.

DEFESA AEREA NAVAL. O papel da Marinha no Atlântico Sul - SEMINÁRIO. Disponível em: <<http://www.defesaaereanaval.com.br/tag/atlantico-sul?print=pdfpage>>. Acesso em 31 mai. 2015.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. United States Air Force. Air Mobility Command, Global En Route Strategy. Disponível em <<http://www.au.af.mil/awc/africom/documents/GlobalEnRouteStrategy.pdf>>. Acesso em 27 jul. 2015.

_____. United States Southern Command. Posture Statement of General John F. Kelly, United States Marine Corps, USA, March 2015. Disponível em: <http://www.southcom.mil/newsroom/Documents/SOUTHCOM_POSTURE_STATEMENT_FINAL_2015.pdf>. acesso em 10 abr. 2015.

FERREIRA, Renato Rangel. Operações Navais no Século XXI: a Amazônia Azul. In: Revista Marítima Brasileira. Volume 134, n. 04/06, abr./jun. 2014. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 2014.

FRAGA, J. A. La Argentina y el Atlantico Sur. Buenos Aires: Institute de Publicaciones Navales, 1983.

GALANTE, Alexandre. Porta-aviões São Paulo será modernizado de 2015 a 2019 para operar até 2039. Matéria veiculada em 04 de dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www.naval.com.br/blog/2014/12/04/porta-avioes-sao-paulo-seramodernizado-de-2015-a-2019-para-operar-ate-2039/>>. Acesso em 18 jun 2015.

HARDY, James. Japan commissions helicopter carrier Izumo. In: IHS Jane's Defence Weekly. Matéria veiculada em 25 de março de 2015. Disponível em: <<http://www.janes.com/article/50196/japan-commissions-helicopter-carrier-izumo>>. Acesso em 18 jun 2015.

IPEA. Boletim de Economia e Política Internacional. O Atlântico Sul nas Perspectivas Estratégicas de Brasil, Argentina E África Do Sul – Alcides Costa Vaz. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_internacional/110614_boletim_internacional06_cap7.pdf. Acesso em 31 mai. 2015.

LEITE, Márcio Dantas Avelino. Planejamento Estratégico das Forças Armadas Baseado em Capacidades: Reflexos para o Exército Brasileiro. Coleção Meira Mattos - Revista das Ciências Militares , v. 24, p. 33-49, 2011.

LOPES, Roberto. Entrega do submarino Riachuelo S-40 ao setor operativo da Marinha passou para 2018. Matéria veiculada em 14/02/2015. Disponível em: <<http://www.naval.com.br/blog/2015/02/14/entrega-do-submarino-riachuelo-s40-aosetor-operativo-da-marinha-passou-para-2018/>>. Acesso em 18 jun 2015.

LHAVER, M. del C. Atlantico Sur. Buenos Aires: CEIA, 1981.

_____. La incidência del conflicto MALVINAS em el subsistema del Atlantico Sur. Geopolitica, v. 20, n. 1984.

LOPES, Roberto. Entrega do submarino Riachuelo S-40 ao setor operativo da Marinha passou para 2018. Matéria veiculada em 14/02/2015. Disponível em: <<http://www.naval.com.br/blog/2015/02/14/entrega-do-submarino-riachuelo-s40-aosetor-operativo-da-marinha-passou-para-2018/>>. Acesso em 18 jun. 2015.

MOURA NETO, Julio Soares de. Defendendo o pré-sal. In: Segurança internacional: perspectivas brasileiras. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

MOURÃO, F. A. A. Reflexões sobre uma política para as relações internacionais em relação ao continente africano: o papel da sociedade civil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 1986. Campos do Jordão. Anais... Campos do Jordão: ANPOCS, 1986.

NOTHEN, Mauricio Reis. A evolução do pensamento em estratégia marítima: paradigmas para a formulação e implementação de políticas marítimas. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2014

OLIVEIRA, J. M. A. O Atlântico Sul no século XIX: uma abordagem estratégica. Stvidia, Lisboa, n. 52, 1994.

PAIVA, Luís Eduardo Rocha. O jogo do poder na faixa atlântica do entorno estratégico nacional e seus reflexos para a defesa e projeção do Brasil. Rio de Janeiro, 2013.

PESCE, Eduardo Ítalo. Além da Amazônia Azul: crescimento econômico e adequação do Poder Naval. In: Revista Marítima Brasileira. Volume 134, n. 04/06, abr./jun. 2014. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 2014.

SERRANO, Marcelo Oliveira Lopes. Conflitos futuros e a organização do Exército. Rio de Janeiro: ECEME, 2012.

SILVA, A. C. e. O Brasil, a África e o Atlântico Sul no século XIX. Stvidia, Lisboa, n. 52, 1994.

SILVA, Fernando Augusto Valentini da. O Processo de Transformação do Exército: extensão, fontes e fatores intervenientes. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – ECEME, Rio de Janeiro, 2013.

SPYKMAN, N. Estados unidos frente al mundo. México: Fondo de Cultura, 1942.

TRINDADE, Valério Stumpf. Centro de Armas Combinadas. Revista Profissional do Exército dos EUA – Military Review: Cenários, Operações no Amplo Espectro e Brigadas de Cavalaria Mecanizadas. Military Review. Ed. Nov/Dez 2013.

VIDIGAL, A. A. F. A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro. Rio de Janeiro: Bibliex, 1985

VIGARIE, A. Géostratégie des océans. Caen: Paradigma, 1990.